

**Inquérito Civil n. 06.2016.00007369-0**

**Objeto:** Apurar possíveis irregularidades na legislação municipal e na contratação de servidores temporários e serviços terceirizados no Poder Executivo do Município de São Ludgero

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA n.  
0009/2021/01PJ/BN /2021/1ªPJBN**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua Promotora de Justiça titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Braço do Norte/SC, Luísa Zuardi Niencheski, doravante denominado **COMPROMITENTE**; **MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO**, por seu representante Prefeito Municipal, IBANEIS LEMBECK, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n. 690.817.519-72 e RG sob o n. 1.738.261, residente na Avenida Monsenhor Frederico Tombrock, n. 1300, Município de São Ludgero/SC, doravante designado **COMPROMISSÁRIO**, abaixo assinados, autorizados pelo §6º do artigo 5º da Lei nº 7.347/85, e artigo 97 da Lei Complementar Estadual nº 738/19, têm entre si justo e acertado o seguinte:

**CONSIDERANDO** que compete ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos aos direitos assegurados nas Constituições da República Federativa do Brasil de 1988 e Estadual (Constituição Federal, art. 129, inciso II; Constituição do Estado de Santa Catarina, art. 95; Lei Federal n. 8.625/93, art. 21, inciso II; e Lei Complementar Estadual n. 738, art.97);

**CONSIDERANDO** que compete ao Ministério Público a defesa de direitos individuais indisponíveis, individuais homogêneos, difusos e coletivos (Constituição Federal, art. 129, inciso III, Lei Federal n. 8.265/93, art. 25, inciso IV, alínea "a"; e Lei Complementar Estadual n. 738, art.97);

**CONSIDERANDO** que a Administração Pública direta ou indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, nos termos do artigo 37, *caput*, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios *"zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público"* (art. 23, inc. I, da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no art. 37, inciso IX, e a Constituição Estadual, no seu art. 21, §2º, preveem a possibilidade de contratação temporária e de pessoal pela Administração Pública, ao dispor que *"a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público"*;

**CONSIDERANDO** que o Supremo Tribunal Federal pacificou o entendimento no sentido de que *"a contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, tem como pressuposto lei que estabeleça os casos de contratação (art. 37, inciso IX, CF). Inexistindo essa lei, não há que se falar em tal contratação"*<sup>1</sup> e estabeleceu, também, outras condicionantes: a) contratação por tempo determinado; b) atender necessidade temporária; c) a qual deve ser de interesse público; e d) o interesse público deve ser excepcional";<sup>2</sup>

**CONSIDERANDO** que, de acordo com o art. 37, §2º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a não observância do disposto nos incisos II e III do *caput* implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei;

**CONSIDERANDO** que o preceito constitucional deve ser integrado com a Lei nº 8.429/1992, sujeitando o agente, da administração direta ou indireta, à tipologia estatuída no art. 11, *caput*, deste diploma legal, sempre que realizar contratações para o preenchimento de cargos que exigem a prova prévia em concurso público, sem a sua realização;<sup>3</sup>

**CONSIDERANDO** que a Constituição da República, no art. 37, XXI, prevê a possibilidade de contratação de serviços por entes públicos, ao dispor que

<sup>1</sup> RE n. 168566/RS, rel. Min. Carlos Velloso, DJU de 18.06.99

<sup>2</sup> STF, ADI-MC 890, rel. Min. Paulo Brossard, DJU de 1º/2/94

<sup>3</sup> GARCIA, Emerson e ALVES, Rogério Pacheco. *In Improbidade Administrativa*. 6ª ed. Editora Lumen Juris, 2011. p. 432

*“ressalvados os casos específicos na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”;*

**CONSIDERANDO** que a investidura em cargo ou emprego público depende da aprovação prévia em concurso público, reservando a possibilidade de contratação de servidores temporários e serviços terceirizados para casos específicos e extraordinários (art. 37, IX e XXI, CR);

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público instaurou o inquérito civil SIG n. 06.2016.00007369-0, para apurar possíveis irregularidades na legislação municipal e na contratação de servidores temporários e serviços terceirizados no Poder Executivo do Município de São Ludgero/SC;

**CONSIDERANDO** que, de acordo com os documentos juntados neste, constatou-se que a contratação dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias está baseada na Lei n. 1261/2005, a qual regulamenta *“a contratação em caráter temporário de pessoal para o ESF- Programa de Saúde da Família e Programa de Agente Comunitário de Saúde – PACS, com base no art. 37, item IX, da Constituição da República Federativa do Brasil e dá outras providências”;*

**CONSIDERANDO** que o art. 5º da Lei referida dispõe que o vínculo dos profissionais componentes das equipes do ESF e PACS com a Administração Municipal de São Ludgero, se dará mediante a celebração de contrato individual temporário, inclusive, para os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias;

**CONSIDERANDO** que a Lei n. 11.350/2006 prevê em seu art. 16 ser vedada a contratação temporária ou terceirizada de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate às endemias, salvo na hipótese de combate a surtos epidêmicos, na forma da lei aplicável;

**CONSIDERANDO** que, dessa forma, a contratação de agentes comunitários de saúde e de combates a endemias, exceto no caso de combate a surtos, mediante contratação temporária, viola o disposto na Lei n. 11.350/2006;

**CONSIDERANDO** que existe no Município de São Ludgero profissionais contratados em caráter temporário para exercer funções/cargos relacionados a programas, cujo caráter passou a ser perene e permanente no Município, a exemplo de auxiliar de consultório dentário no programa de ESF e PACS, médicos no programa ESF, odontólogo no programa ESF e PSF, enfermeiros no programa ESF, psicólogo no programa NASF, nutricionista no programa NASF, educador físico no programa NASF;

**CONSIDERANDO** que os programas federais, seja na área da saúde pública ou de ação social, perderam a característica de programas temporários, sendo considerados atualmente como permanentes e, dessa forma, os servidores públicos que atuam nessas áreas devem ser escolhidos mediante a realização de concurso público;<sup>4</sup>

**CONSIDERANDO** o entendimento do Tribunal de Contas de Santa Catarina:

Prejulgado nº 1.083:

1. Para atender os programas de caráter transitório, com recursos repassados pela União ou pelo Estado, o Município pode admitir pessoal em caráter temporário, atendidos os pressupostos do art. 37, IX, da Constituição do Brasil. Se os programas assumirem caráter de permanência e definitividade, ou se referirem a atividades típicas do Município (saúde, educação, saneamento, trânsito, etc.), o procedimento adequado é a admissão de pessoal em cargos de provimento efetivo (mediante concurso público). 2. Diante do caráter permanente da Estratégia Saúde da Família, lei municipal de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, deverá estabelecer a forma e condições de realização do concurso público para os profissionais da saúde (médicos, enfermeiros, dentistas, técnicos em enfermagem, auxiliares de enfermagem, entre outros profissionais vinculados).<sup>5</sup>

**CONSIDERANDO** que, de acordo com a documentação colacionada no caderno extrajudicial, há contratação de profissionais em caráter temporário

<sup>4</sup> Consoante informações colhidas em pesquisas n. 124 e 335 e outras mais do CMA/MPSC

<sup>5</sup> [https://consulta.tce.sc.gov.br/cogNovo/asp/prejulgado.asp?nu\\_prejulgado=1083](https://consulta.tce.sc.gov.br/cogNovo/asp/prejulgado.asp?nu_prejulgado=1083)

ocupando cargos de natureza efetiva, a exemplo dos auxiliares de serviços gerais, cuja contratação está fulcrada na Lei Complementar n. 007/93;

**CONSIDERANDO**, ainda, que existem Leis Municipais que estão em desconformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e com a Lei Federal n. 8.745/93 e a Lei Complementar Estadual n. 260/04;

**CONSIDERANDO** que está vigente a **Lei Complementar nº 173/2020**, a qual estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus e estipulou vedações e restrições com o desiderato de coibir o aumento de despesas com pessoal, com destaque para a proibição de criar cargos, empregos ou funções públicas que gerem aumento de despesa;

**CONSIDERANDO** que, da literalidade do art. 8º da referida Lei, permite-se concluir com razoável convicção que o Município não poderá criar os almejados cargos até o dia 31 de dezembro de 2021, já que isso, salvo melhor juízo, resultaria em aumento da despesa pública com pessoal;

**CONSIDERANDO** que as vedações previstas no art. 8, quanto à criação de cargo, emprego ou função (inciso II) envolvem, tão somente, os atos que resultem em acréscimo de despesas na Administração Pública, de modo que, se a manutenção de um servidor efetivo fosse inferior ao despendido atualmente pelo Município, poderia se cogitada a criação dos referidos cargos. No entanto, ainda que se admita a transformação, a realização de concurso público e o provimento do referido cargo seria inviabilizado (art. 8, IV e V, da LC 173/2020);

**CONSIDERANDO** que, diante deste quadro, faz-se necessário que o Município de São Ludgero adote providências para regularizar as situações, sob pena de incorrer na tipologia do art. 11, *caput*, da Lei n. 8429/92;

**CONSIDERANDO** a disposição do COMPROMITENTE e do COMPROMISSÁRIO de resolver a questão de modo adequado e célere;

## **RESOLVEM**

Celebrar o presente **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE**

**CONDUTA** mediante as seguintes cláusulas:

**I- DO OBJETO:**

**Cláusula I.** O presente Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objetivo regularizar as contratações de caráter temporário no Município de São Ludgero e estabelecer a forma de contratação dos terceirizados no ente municipal.

**II- DAS OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COMPROMISSÁRIO:**

**Cláusula II.I** O COMPROMISSÁRIO obriga-se, a partir da presente data, a não admitir servidores para o exercício de qualquer cargo público sem a realização de prévio concurso, ressalvadas as nomeações para os cargos em comissão e as contratações por tempo determinado para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público;<sup>6</sup>

**Cláusula II.I.a)** A admissão de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias deverá ser precedida de prévio concurso público, vedada a contratação temporária ou terceirizada, salvo na hipótese de combate a surtos endêmicos, conforme preveem os art. 9 e 16 da Lei n. 11.350/2006;<sup>7</sup>

**Cláusula II.II** O COMPROMISSÁRIO obriga-se, a partir da presente data, a somente contratar servidores por tempo determinado mediante processo seletivo público e nas hipóteses de necessidade temporária de excepcional interesse público, justificadas expressamente;

**Cláusula II.II.a)** Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público, aquela que comprometa a prestação contínua e eficiente dos serviços próprios da administração e que não possa ser satisfeita com a utilização dos recursos humanos que dispõe a Administração Pública, especificamente aquelas descritas na Lei Federal n. 8.745/93 e na Lei Complementar Estadual n. 260/04;

<sup>6</sup> Esta última, em observância a Lei Complementar n. 173/2020

<sup>7</sup> a Lei nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, que regulamenta o § 5º do art. 198 da CF/88, o qual foi introduzido pela EC nº 51/2006 e obteve nova redação dada pela EC nº 63, de 04 de fevereiro de 2010, dispondo sobre as atividades e forma de contratação de ACS's e ACE's, dentre outras providências.

**Cláusula II.II.b)** O processo seletivo público será de provas ou provas e títulos, com prazo de inscrição mínimo de 15 (quinze) dias, sujeito à ampla divulgação em órgão oficial, onde houver, e em jornal de ampla circulação local e regional, além de publicação na página da *internet* do COMPROMISSÁRIO;

**Cláusula II.II.c)** O COMPROMISSÁRIO, quando realizar contratações temporárias de pessoal, compromete-se a observar o art. 252 da Lei Complementar Municipal n. 7/93 (Estatuto dos Servidores Públicos) e formalizar de forma individualizada os fundamentos de fato e de direito que autorizam a referida admissão, em especial:

- 1) apontar qual a situação de emergência ou calamidade, fazendo referência, inclusive, aos atos administrativos que a reconheceram no âmbito do Município;
- 2) indicar expressamente o cargo vago, os motivos da vacância (afastamentos, licenças, óbito de servidor, aposentadoria recente);
- 3) no caso de se tratar de cargo para atender a programas oriundos de convênio, indicar o programa e o convênio, bem como a necessidade de contratação temporária, a inexistência de servidores em caráter efetivo para o desempenho da função, e em hipótese alguma poderá ultrapassar o prazo de 2 (dois) anos de contratação temporária contados da implementação do programa, uma vez que encerrado este prazo, ele passará a ter caráter permanente e, desse modo, antes de iniciar nova contratação temporária, deverá realizar novo concurso público para prover a vaga, havendo a necessidade do serviço;

**Cláusula II.III.** A contratação para atender às necessidades excepcionais decorrentes de calamidade pública, de emergência ambiental e de emergências de saúde pública prescindirá de processo seletivo, devendo ser justificada expressamente;

**Cláusula II.IV.** Igualmente prescindirá de processo seletivo a admissão por tempo determinado, quando restar frustrada a seleção realizada anteriormente, por ausência de interessado ou aprovado, devendo ser realizado novo processo seletivo, no prazo máximo de 1 (um) ano depois da última seleção;



**Cláusula II.V.** O COMPROMISSÁRIO obriga-se a não realizar contratação de serviços e serviços terceirizados para o exercício de funções inerentes a cargos efetivos, cabendo sua contratação apenas para o exercício de atividades meio da administração, sempre precedidas do competente processo licitatório, obedecendo ao regramento da Lei n. 8.666/93 e da n. 14.133/21, conforme entendimento do TCE/SC<sup>8</sup> e da jurisprudência<sup>9</sup>;

**Cláusula II.V. a)** Eventuais exceções temporárias à cláusula supra que impliquem, inevitavelmente, o seu descumprimento, deverão ser devidamente justificadas e embasadas em fatos que demonstrem a impossibilidade de o gestor ter adotado, no momento, conduta diversa para atender ao interesse público, e serão analisadas individualmente, em cada caso concreto, no respectivo Procedimento Administrativo (PA) que será instaurado para o acompanhamento do cumprimento deste TAC, e caso acatadas por esta Promotoria de Justiça, não acarretarão a aplicação de alguma sanção prevista pelo descumprimento deste TAC.

**Cláusula II.VI.** O COMPROMISSÁRIO se obriga a:

**Cláusula II.VI.a)** a partir de 31 de dezembro de 2021 e no prazo de 60 (sessenta) dias, considerando a Lei Complementar n. 173/2020 e o recesso legislativo, encaminhar à Câmara Municipal de Vereadores a revogação de todas as Leis Municipais que estejam em desconformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei Federal n. 8.745/93, Lei Complementar Estadual n. 260/04 e Lei n. 11.350/2006, no que se refere à contratação temporária, especificamente as Leis Ordinárias ns. 1261/2005, 1570/2009, artigos 4º, §1º e art. 5º da Lei n. 1930/2014 e art. 2º, inciso VII, §2º, da Lei n. 141/2014 e legislações correlatas, encaminhando, se for o caso, projeto de lei para a Câmara de Vereadores para regulamentar as questões que, a partir da revogação, ficaram sem respaldo legal;

<sup>8</sup> Prejulgado n.º 1.083

<sup>9</sup> TJSC, Apelação Cível n. 2010.037957-3, de Ponte Serrada, rel. Des. Newton Janke, Segunda Câmara de Direito Público, j. 28.02.2012



**Cláusula II.VI.b)** a partir de 31 de dezembro de 2021 e no prazo de 60 (sessenta) dias, considerando a Lei Complementar n. 173/2020 e o recesso legislativo, elaborar e remeter projeto de lei à Câmara Municipal de Vereadores objetivando: a criação de cargos efetivos para as funções que são exercidas por servidores admitidos em caráter temporário relacionadas aos programas, cuja duração, já atingiram permanência/perenidade, quais sejam, o programa do PSF- Programa da Saúde da Família, que passou a denominar-se ESF – Estratégia da Saúde e da Família, conforme disposto na Lei n. 141/2014, e NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família, incluindo os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias (Lei n. 11.350/06) a exceção dos cargos que já foram criados por Lei, a exemplo da Lei n. 1930/2014 (NASF);

**Cláusula II.VI.c)** após 90 (noventa) dias da sanção da Lei relacionada ao item “b”, obriga-se a deflagrar concurso público de provas ou provas e títulos destinado ao provimento dos cargos para os programas que já atingiram caráter de perenidade, a exemplo do PSF, ESF e NASF, cujas funções atualmente são exercidas por servidores temporários e para todas as funções, cuja necessidade seja evidente;

**Cláusula II.VI.d)** até 40 (quarenta) dias da homologação do concurso público definitiva, o COMPROMISSÁRIO obriga-se a exonerar/rescindir o contrato de todos os servidores/contratados temporariamente que estejam ocupando os cargos/as funções relacionadas a programas de caráter perene, a exemplo dos Programas PSF, ESF, NASF, incluindo os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias;

**Cláusula II.VI.e)** no mesmo período descrito na letra “d”, o COMPROMISSÁRIO obriga-se a prover todos os cargos vagos relacionados ao item “d”, nomeando os candidatos aprovados no concurso público deflagrado e homologado, conforme letra “c” e para todas as outras funções cuja necessidade seja evidente;

**Cláusula II.VI.f)** no prazo de 60 (sessenta) dias após o dia 31 de dezembro de 2021, exonerar/rescindir o contrato de todos os servidores/contratados que ocupam as funções/os cargos de programas de caráter perene (PSF, ESF e NASF) e que não tenham sido admitidos mediante processo seletivo de provas ou provas e

títulos, ressalvadas as hipóteses justificadas (necessidades decorrentes de calamidade pública, de emergência ambiental e de emergências em saúde pública; e quando frustrado processo seletivo realizado anteriormente, por ausência de interessados ou aprovados);

**Cláusula II.VI.h)** no prazo de 60 (sessenta) dias após o dia 31 de dezembro de 2021, o COMPROMISSÁRIO obriga-se a exonerar/rescindir o contrato de todos os servidores/contratados temporariamente que não tenham sido admitidos mediante processo seletivo de provas ou provas e títulos, ressalvadas as hipóteses justificadas (necessidades decorrentes de calamidade pública, de emergência ambiental e de emergências em saúde pública; e quando frustrado processo seletivo realizado anteriormente, por ausência de interessados ou aprovados) ou que não tenham sido admitidos para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público;

**Cláusula II.VI.I)** no prazo de 60 (sessenta) dias após o dia 31 de dezembro de 2021, o COMPROMISSÁRIO obriga-se a deflagrar concurso público de provas ou provas e títulos destinado ao provimento dos cargos vagos cujas funções atualmente são exercidas indevidamente por servidores temporários e para todas outras funções cuja necessidade seja evidente.

### **III - DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS DO COMPROMISSÁRIO:**

**Cláusula III** O COMPROMISSÁRIO se compromete a:

(a) comunicar ao Ministério Público eventual mudança de endereço, número de telefone ou e-mail; e

(b) comprovar perante o Ministério Público o cumprimento do presente acordo ao final dos prazos constantes na cláusulas anteriores, **independentemente de notificação ou aviso prévio**, devendo, quando for o caso, por iniciativa própria e de forma antecipada e documentada, apresentar eventual justificativa para o não cumprimento dos prazos, para análise quanto a possível prorrogação.

#### **IV - DAS CONSEQUÊNCIAS DO EVENTUAL DESCUMPRIMENTO**

##### **DO ACORDO:**

**Cláusula IV.** Na hipótese de descumprimento e/ou atraso de quaisquer das obrigações assumidas na cláusula deste TERMO, incorrerá o **COMPROMISSÁRIO** em multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de descumprimento, sem prejuízo das ações que eventualmente venham a ser propostas e de execução específica das obrigações assumidas, bem como de outras hipóteses de responsabilização legal pertinente;

**Cláusula IV.a)** A multa acima estipulada será revertida ao Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados (Lei n. 15.694/2011), mediante pagamento de Boleto Eletrônico gerado e fornecido por esta Promotoria de Justiça, nos moldes do instituído na Portaria n. 51/2014/FRBL;

**Cláusula IV.b)** O descumprimento de quaisquer das obrigações (principais ou acessórias) resultará no ajuizamento da respectiva Ação de Improbidade Administrativa, sem prejuízo do pagamento da multa prevista pelo descumprimento das cláusulas ajustadas no presente instrumento e da execução específica das obrigações assumidas, conforme seja viável, constituindo o presente instrumento Título Executivo Extrajudicial, na forma do disposto no art. 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85;

#### **CLÁUSULA QUINTA - DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**Cláusula V.** O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) entrará em vigor na data de sua assinatura;

**Cláusula V.a)** Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do artigo 5º, §6º, da Lei 7.347/85 e artigo 784, inciso XII, do Código de Processo Civil e a promoção de arquivamento do Inquérito Civil n.º 06.2016.00007369-0 será submetida à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público para homologação, a fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do artigo 26, *caput*, do Ato 335/2014/PGJ;

**Cláusula V.b)** Ficam os **COMPROMISSÁRIOS** cientes, nesta

oportunidade, de que o Inquérito Civil n.º 06.2016.00007369-0 será arquivado e remetido ao Conselho Superior do Ministério Público, para homologação do arquivamento, ficando a parte desde já cientificada, a qual renuncia o prazo para apresentação de razões de recurso.

**Cláusula V.c)** As partes elegem o foro da Comarca de Braço do Norte-SC para dirimir eventuais problemas decorrentes do presente TAC;

**Cláusula V.d)** O **MINISTÉRIO PÚBLICO** compromete-se a, durante o prazo para o cumprimento do acordo, não ajuizar nenhuma medida judicial cível relacionada ao convencionado no presente acordo contra o **COMPROMISSÁRIO**, bem como, em caso de cumprimento integral do acordo, obriga-se a arquivar definitivamente qualquer procedimento relacionado ao acordo em relação ao **COMPROMISSÁRIO**, ressalvadas eventuais responsabilidades administrativas e penais não albergadas pelo presente Acordo e a superveniência de novas provas que possam enquadrar o(a) réu(ré) em conduta ímproba mais grave.

**Cláusula V.e)** Assim, por acharem justo e acertado, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, em 4 (quatro) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do art. 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85.

Braço do Norte/SC, 13 de outubro de 2021.

[assinado digitalmente]

**Luísa Zuardi Niencheski**  
Promotora de Justiça

**Ibaneis Lembeck**  
Compromissário

**Juliano do Nascimento**  
Procurador Jurídico

Testemunhas:

Eliane Mendes Jeremias  
Estagiária de Pós-Graduação

Lucas Nogueira Torquato  
Estagiária de Graduação